



## **A ante-sala do caos pode abrir um futuro para a cidade**

Alexandre Santos

Comentário sobre a necessidade de re-ordenamento das posturas urbanas como forma de salvar a cidade.

Como tudo na vida, o Recife vem mudando. Nas últimas décadas, ele cresceu para cima e para os lados. Sem ampliar o número de ruas, ganhou novas residências e perdeu o ar provincial dos campos. Onde havia um terreno baldio ou uma casa, hoje se ergue um prédio com não-sei-quantos pavimentos e apartamentos. Ruas em terra batida foram pavimentadas, ele se encheu de gente nascida, atraída e criada pela urbe, ganhou novos equipamentos, acompanhou a modernidade. Isso poderia ter melhorado a cidade. Aliás, desde a mais tenra idade, somos levados a acreditar que as coisas novas chegam para melhorar as antigas. Assim deveria ser com as cidades, que sem precisar apresentar charme bucólico (afinal, são cidades), podem desenvolver outros tipos de encantos, especialmente aqueles baseados na praticidade, na comodidade e no conforto. Por isso, as pessoas gostam de morar em cidades e, para muitos, morar numa vila, habitar uma casa, viver em rua não pavimentada ou, mesmo, longe de um shopping significa 'estar fora da civilização'.

Nem todos percebem, mas a modernidade vem cobrando prendas valiosas às cidades. Em muitos casos, por exemplo, em dias de chuva, tendo perdido as terras nuas por onde infiltrava nos tempos em que o solo não estava pavimentado, parte das águas caídas alaga ruas, provocando desconforto e prejuízo em diversos graus de severidade. Sistemas antigos não conseguem fazer o saneamento satisfatório de novos centros comerciais, industriais e residenciais. O firmamento fica mais estreito cercado por paliçadas de arranha-céus cada vez mais altos e encoberto por teias e maços de fios e cabos que pendem de postes de todas as alturas para levar eletricidade e comunicação a casas de tamanho cada vez menor por conta da dinâmica imobiliária. Nas ruas e avenidas, estimulados pelos fartos incentivos à indústria automobilística, um crescente mar de automóveis eleva o stress urbano, retardando viagens, contendo o fluxo das pessoas e dificultando a progressão desimpedida de ambulâncias e de outros carros sirenados. E, por estes e outros pequenos infernos, que atormentam moradores e gestores, a vida urbana ganha complicadores, levando muitos a perguntar se, de fato, as cidades oferecem o conforto, a praticidade e a comodidade que justificam a opção de nelas morar.

No caso da capital dos pernambucanos, não é segredo para ninguém, que, submetido por demandas superiores à oferta de serviços que dispõe, há a necessidade urgente de ampliar a capacidade do Recife acolher novas mudanças. Infelizmente, embora todos estejam conscientes do perigoso limiar que a cidade atravessa, a iminência do caos parece não sensibilizar certos setores ou arrefecer certos interesses. Na realidade,

atualmente, como outras cidades, mesmo sem receber ou, pelo menos, detalhar construções, reformas e adaptações que ampliem a infra-estrutura de serviços urbanos, entre os quais se destaca a mobilidade, o Recife experimenta e parece não saber resistir a enorme pressão por grandes projetos imobiliários. E, num gradiente que tende ao achatamento por exaustão, a cada novo grande empreendimento, a cidade se degrada, ganha imobilidade e acumula sequelas, perdendo a competitividade e o encanto que justificam aquela pressão natural.

Parece evidente que não se deve inibir o crescimento da cidade, mas, também, é evidente que, em troca de uma falsa impressão de crescimento, não se pode cavar uma cova para tudo de bom que foi construído desde os tempos de Nassau. Nesta perspectiva, seria lícito afirmar que, da mesma forma que o veto indiscriminado de projetos penalizaria o Recife a perder empreendimentos importantes, a autorização desenfreada submeteria a cidade ao risco de enfrentar produto marginal negativo e comprometer, ainda mais, condições inaceitáveis e que precisam ser superadas.

Para ter eficácia consistente, um projeto precisa estar acompanhado de uma estrutura que o suporte. Isso, em outras palavras, quer dizer que a cidade precisa ser dotada de capacidade para acolher os empreendimentos que lhes são propostos, não só para compensar eventuais mazelas, mas, principalmente, para atender as demandas que carrega e estimula.

Infelizmente, nos dias correntes, especialmente em algumas localidades e certos seguimentos, o Recife está impossibilitado de atender reclamos advindos de grandes empreendimentos. Assim - para evitar que, sufocado por empreendimentos não correspondidos pela infra-estrutura necessária, o Recife venha a cair na vala das cidades decadentes e sem chance -, é fundamental que as autoridades públicas municipais não se esquivem do assunto e, mesmo contrariando momentaneamente interesses de curto prazo, se antecipem ao iminente colapso da cidade, buscando as condições mínimas de governança e de governabilidade para autorizar os investimentos indispensáveis. Até que isso de fato ocorra, o governo municipal deve congelar projetos incompatíveis com aquilo que a cidade dispõe e pode oferecer. Sabidamente dura, esta é uma medida urgente e qualquer leniência pode ter graves consequências. Além do mais, justamente por conter interesses, esta postura aparentemente radical talvez constitua a pedra fundamental de uma grande articulação com propósito de equacionar e superar os problemas, pois é muito provável que, compelidas a buscar alternativas, as forças que movem os mundos político, social e econômico se mobilizem para ajudar a criar o suporte ainda ausente do panorama da cidade.

O Recife vale este sacrifício. Ao contrário do caos que a ameaça, a capital do Estado de Pernambuco merece chegar ao futuro como cidade moderna, agradável, dinâmica e exemplo de bem estar.

(\*) Alexandre Santos é presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco

Artigo publicado pelo jornal 'Folha de Pernambuco' em 10 de dezembro de 2013 e na revista da Associação Comercial de Pernambuco (Ano XXXVIII nº 1 2014)